

OS RUMOS DO ENEM: ANÁLISE DO PERFIL DOS CANDIDATOS (2009 – 2017) E REFLEXÕES SOBRE SUA TRAJETÓRIA E AS PRÓXIMAS EDIÇÕES

Leônidas Siqueira Duarte¹

Universidade Federal da Paraíba – UFPB leonidas.duarte@hotmail.com

RESUMO

Este artigo resulta de algumas reflexões acerca do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, baseadas na análise do perfil dos participantes (2009 – 2017) - o chamado Novo ENEM, em aspectos de sua trajetória como política e avaliação, e nos discursos sobre os objetivos e possíveis rumos das próximas edições do exame. Buscamos contribuir com a discussão de que o ENEM é um dos principais instrumentos de “diagnóstico” e de política curricular dessa etapa da educação básica, além da principal forma de acesso ao Ensino Superior no Brasil. O estudo está pautado metodologicamente na análise de fontes documentais oficiais que dialogam entre si, em teses e hipóteses de pesquisadores, e em dados extraídos dos relatórios publicados pelo MEC/INEP. Percebemos que a mudança no perfil do exame após a reformulação de 2009 e sua articulação ao Sistema de Seleção Unificada - SISU passou a atrair um número muito maior de candidatos, e que o aumento progressivo do número de inscritos no SISU acompanhando a oferta de vagas e de IES que adotaram o ENEM como processo seletivo fortaleceu a tendência dessa avaliação como instrumento para o ingresso no Ensino Superior, pois ao analisarmos a escolaridade dos participantes constatamos que o exame vem sendo mais utilizado como forma de acesso ao Ensino Superior do que como avaliação do Ensino Médio. Evidenciamos um cenário de grandes mudanças nos aspectos teóricos e metodológicos do ENEM, bem como nos seus objetivos, finalidades, e conseqüentemente no perfil dos candidatos nas próximas edições, sobretudo a partir da intrínseca relação que o exame terá com a Base Nacional Comum, como afirma o MEC em suas recentes publicações, e com a implantação do chamado Novo Ensino Médio a partir de 2019.

Palavras-chave: ENEM; Reformas; Políticas educacionais.

INTRODUÇÃO

O presente texto discute questões referentes ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, a partir da análise do perfil dos participantes (2009 – 2017), o chamado Novo ENEM; de aspectos de sua trajetória, e dos discursos sobre os objetivos e possíveis rumos que esta avaliação nacional pode vir a tomar nas próximas edições. No dia 25 de agosto de 2017, o portal G1 publicou uma matéria com o seguinte título: “MEC prevê base curricular do ensino médio para 2019 e discute criar Enem com avaliações por áreas de conhecimento”, na reportagem, a atual secretária executiva do Ministério da Educação (MEC) Maria Helena

¹ Professor de Geografia na Rede Estadual da Paraíba - SEEPB, especialista em educação, e mestrando em Geografia pelo PPGG/UFPB.

Guimarães de Castro, afirmou categoricamente, que o futuro do ENEM depende da aprovação da Base Nacional Comum (BNCC) que, segundo o MEC, está em discussão.

Ao ser questionada sobre os rumos do ENEM, a secretária do MEC apontou um cenário de incertezas e se posicionou relacionando os rumos do exame com a aprovação da base, “o Enem deverá avaliar aquilo que é comum para todos”, afirmou. Outro aspecto de destaque no discurso de Maria Helena, realizado na abertura da Conferência Mapa Educação no campus da Faculdade de Economia da USP, em São Paulo, é a possibilidade de haver subdivisões por áreas do conhecimento, situação que segundo ela, também se encontra em discussão com os reitores das universidades federais e com o Conselho Nacional de Educação (CNE).

Nesse contexto, torna-se pertinente algumas reflexões acerca da trajetória desses 19 anos do ENEM, a partir da observação de aspectos pedagógicos sobre a evolução histórica da avaliação e o perfil dos participantes no período citado, buscando refletir o exame como “do Ensino Médio” e também relacionar sua intrínseca relação com o Ensino Superior. Partindo dessa análise, propomos alguns questionamentos que venham a contribuir na continuidade dos estudos acerca do ENEM, que notoriamente vive a iminência de grandes mudanças devido à reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017 no Congresso Nacional a partir da Medida Provisória nº 746 de 2016, na forma de Projeto de Lei de Conversão.

O ENEM foi criado em 1998 em um amplo contexto de reformas educacionais no Brasil e no mundo, que teve como principal marco legal no país a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Uma das bases dessas reformas no Brasil está situada no cenário da Conferência Mundial de Educação para todos, convocada pela UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial; sediada em Jomtien na Tailândia, em março de 1990. Consolidou-se nesta conferência a Declaração Mundial de Educação para Todos, documento que expressa como prioridade a redução das taxas de analfabetismo e a universalização do ensino básico, que, com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirma que “Este é o fundamento de nossa determinação individual e coletiva - assegurar educação para todos.” (UNESCO, 1990, p.7).

A década de 1990 é marcada pela disputa entre o ajuste dos sistemas educacionais às demandas da nova ordem capitalista e as demandas pela democratização do acesso ao conhecimento nos seus diversos níveis. De acordo com Frigotto e Ciavatta (2003, p. 97) “Os anos de 1990 registram a presença dos organismos internacionais que entram em cena em termos organizacionais e pedagógicos, marcados por grandes eventos, assessorias técnicas e

farta produção documental.”. No Brasil, esse é um momento em que a política neoliberal passa a enfatizar a necessidade de novos modelos educacionais demandados pela reestruturação produtiva, buscando estreitar os laços da educação profissional com o setor produtivo, e entre os agentes públicos e privados na oferta da educação.

Neste contexto o Banco Mundial recomendou sistemas de avaliação atrelados às reformas curriculares, com prioridade para a educação básica, evidenciando a importante relação entre educação, desenvolvimento econômico e combate a pobreza. O governo brasileiro buscando referenciar o compromisso em instaurar novas políticas para a educação, (pautadas na Conferência de Jomtiem), com vistas a cumprir os compromissos firmados e a conseguir empréstimos junto aos organismos multilaterais, passa através do MEC a difundir os princípios da reforma curricular pelo país, que resultou na elaboração dos PCNEM (2000), que além desse papel, tem também a incumbência de orientar os professores para o trabalho com novas metodologias de ensino e abordagens de temas, entre outros aspectos.

Esses mecanismos de avaliação são também referenciados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – DCNEM (BRASIL, 1998a), Parecer 15/98, porém, são os PCN o documento produzido para orientar e procurar viabilizar um sistema de avaliação nacional. Neste contexto, o governo cria a partir da Portaria Ministerial nº 438 de 28 de maio de 1998 (BRASIL, 1998b), o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, com vistas a assegurar um processo nacional de avaliação do rendimento escolar e definir prioridades na busca pela melhoria do ensino oferecido.

Observamos no artigo 1º da Portaria Ministerial nº 438 de 1998 que define as atribuições do exame, o estabelecimento de conexões com a proposta de organização curricular do Ensino Médio, bem como a inserção de uma política de divulgação de quais devem ser as finalidades da educação básica no país:

Instituir o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como procedimento de avaliação do desempenho do aluno, tendo por objetivos: I – conferir ao cidadão parâmetro para auto-avaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho; II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio; III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior; IV – constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio. (BRASIL, MEC, 1998b).

Ao longo dos seus dezenove anos, o ENEM foi sendo reorganizado para atender a diversas demandas, mas só foi reformulado oficialmente em 2009, quando passou inclusive a ser chamado de novo ENEM. Porém, concordamos com Klausberger (2013) que observa três fases no histórico da avaliação: 1998 a 2004; 2005 a 2008; 2009 até hoje.

Embora os meios de comunicação veiculem a ideia de que o ENEM mudou somente em 2009, graças a sua estrutura, entendemos, nesse momento, ser possível visualizar entre 1998-2008 dois momentos em sua trajetória. Em nossa leitura, a segunda fase é inaugurada no ano de 2005, devido à instituição do Programa Universidade para Todos (ProUni). (KLAUSBERGER, 2013, p.66).

Na primeira fase o ENEM era constituído de uma prova objetiva com 63 questões (3 para cada uma das 21 habilidades propostas) e uma redação, e baseava-se em cinco competências básicas. Na época, o MEC recomendou que as Instituições de Ensino Superior - IES utilizassem a nota do ENEM como acréscimo aos seus processos de seleção. Havia divulgação do resultado apenas para a escola, desde que comprovado 95% de participação do total de alunos matriculados.

Na segunda fase do ENEM destacamos a instituição do PROUNI, e a publicação do documento “Exame Nacional do Ensino Médio: fundamentação teórico-metodológica” (BRASIL, 2005). Nesta etapa o ENEM passa a exercer também o papel de “mecanismo de controle” ao ser adotado como o instrumento de seleção das bolsas do PROUNI (integral ou parcial de 50%, e de 25% acrescentadas pela lei nº 11.096 para candidatos com notas inferiores). A partir de 2006, o MEC divulga o resultado por escola, que finda desviando o objetivo de promover políticas públicas para o país, passando então a gerar competitividade entre as instituições e a demonstrar a distância dos resultados entre escolas públicas e privadas. Até 2008 o exame segue com o mesmo formato inicial: um dia de prova, 63 questões sem divisão por áreas ou disciplinas, mais a redação.

Em 2009, o MEC através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP realizou a reformulação do ENEM que recebeu a seguinte denominação: Novo ENEM. O exame apresentou uma nova estrutura definida no artigo 13 da Portaria nº 109 do INEP, de 27 de maio de 2009. A prova única foi substituída por quatro provas, baseadas nas matrizes do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, criadas em 2002. É também a partir de 2009 que a avaliação passa a utilizar a Teoria de resposta ao Item - TRI, para permitir a comparação dos resultados entre os anos e a possibilidade de aplicação do exame várias vezes ao ano.

Para a edição de 2017, o Ministério da Educação realizou mudanças no formato operacional e nas finalidades do ENEM, a principal é a realização da prova em dois domingos consecutivos e não mais em um final de semana como ocorria até 2016. Outro aspecto é em relação à certificação do Ensino Médio, que a partir de agora, volta a ser feito pelo Exame Nacional de Certificação de Jovens e Adultos - ENCCEJA, em parceria com estados e municípios. Há também alteração em relação à gratuidade, o estudante que tiver isenção da

taxa de inscrição e não comparecer a realização das provas, perderá o benefício para 2018, a não ser que comprove por atestado médico ou outro documento oficial a impossibilidade do comparecimento.

Ao observarmos a evolução histórica do ENEM e o atual momento de transformações na educação básica no Brasil, e por consequência nessa avaliação nacional, é notória a existência de discursos bastante variados ao longo desses dezenove anos, mas fica evidente que o Governo brasileiro busca em suas comunicações tratar o exame como um processo que retrata a qualidade do Ensino Médio no Brasil, ainda que os objetivos e atribuições tenham se ampliado ao longo do tempo, e que haja atualmente um cenário de dúvidas em relação ao mesmo. Nesse contexto, propomos algumas reflexões e questionamentos com base em dados e pesquisas sobre o ENEM, no intuito de contribuir com esse debate de grande importância para a educação brasileira.

METODOLOGIA

Este estudo é pautado metodologicamente na análise de fontes documentais oficiais que dialogam entre si, em teses e hipóteses de pesquisadores, e em dados extraídos dos relatórios publicados pelo MEC/INEP. Nosso objetivo é contribuir com a discussão da questão central afirmada tanto pelo Estado quanto pela grande mídia, a de que o ENEM “reflete” a qualidade do Ensino Médio brasileiro em escala nacional, e que o mesmo é um dos principais instrumentos de diagnóstico e de política curricular (ROCHA, 2013) dessa etapa da educação básica, além da principal forma de acesso ao Ensino Superior no Brasil.

Após a contextualização de marcos históricos na trajetória do ENEM, analisamos a evolução do número de inscrições e suas prováveis relações com os objetivos e características do exame ao longo de seu processo histórico. Em seguida, observamos dados para relacionar o aumento progressivo do número de inscritos no SISU com a oferta de vagas e de IES que adotaram o ENEM como processo seletivo para o ingresso de candidatos em seus cursos. Um terceiro ponto analisado, diz respeito ao perfil da escolaridade dos candidatos que buscam realizar a prova, nessa análise, buscamos revelar características, continuidades e tendências sobre o perfil dos inscritos no novo ENEM (2009 – 2017), dialogando com estudos realizados em períodos anteriores.

É importante ressaltar que alguns dos dados e intenções deste trabalho integram também uma pesquisa de dissertação de mestrado que tem como objeto de pesquisa, questões geográficas e currículo no ENEM, ambos do mesmo autor, e se encontra em desenvolvimento

no Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O recorte, nesse texto, busca contribuir com o debate acerca do atual momento de transformações e incertezas sobre o exame frente à reforma do Ensino Médio brasileiro, aprovada em 2016.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com dados divulgados pelo INEP, o ano de 2014 registrou 8.721.946 de inscritos e confirmados para realizar o ENEM, esse foi o ano em que houve o maior número de candidatos que realizaram e confirmaram inscrição até hoje. Quando comparamos esse número com os 4.018.050 inscritos em 2008 (ano anterior a reformulação) temos que, ao longo dos anos, o chamado Novo ENEM mais que dobrou em algumas edições o número de inscrições. Esses dados revelam que a mudança no perfil do exame e sua articulação ao Sistema de Seleção Unificada - SISU passou a atrair um número maior de candidatos.

TABELA 01 – ENEM - Total de inscrições confirmadas. Brasil (2009 – 2017)

ANO	Total de inscrições confirmadas	Varição em relação ao ano anterior (%)
2009	4.148.721	3,2%
2010	4.626.094	11,5%
2011	5.380.856	11,6%
2012	5.791.332	7,6%
2013	7.173.574	24%
2014	8.721.946	21,5%
2015	7.746.436	-11,1%
2016	8.630.306	11,4%
2017	6.731.186	-22%

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do INEP (BRASIL, 2009-2017).

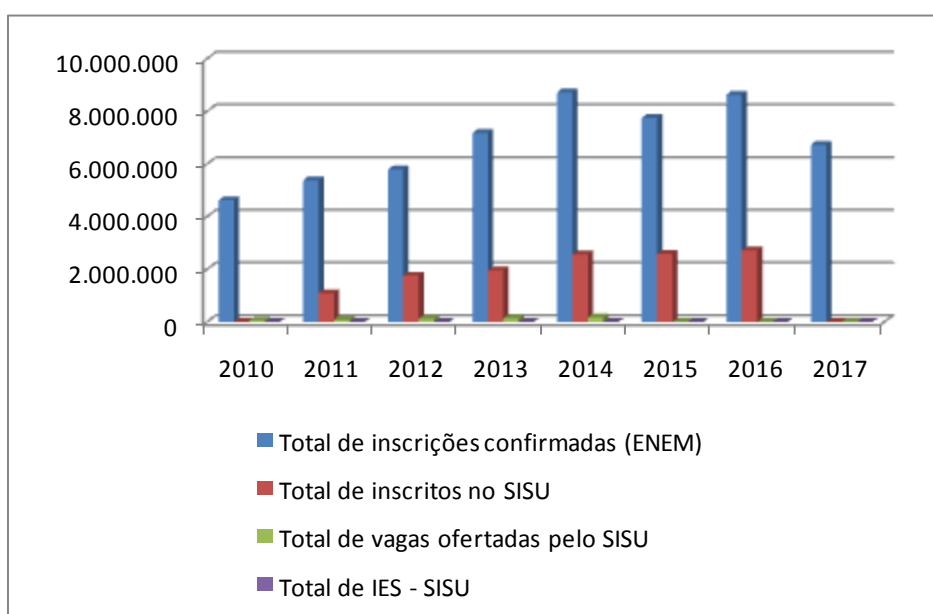
Quando observamos o histórico de variações na quantidade de participantes do ENEM entendemos que desde a sua primeira edição, (que contou com 157.221 inscritos), há uma tendência de aumento do número de candidatos, salvo alguns anos em que se registraram decréscimos em relação ao respectivo ano anterior. De acordo com Corti (2013, p. 207), “Em que pese ao vertiginoso aumento nas inscrições do Enem já desde 1999, podemos considerar que a primeira grande explosão ocorreu em 2001, em função da gratuidade da taxa de

inscrição.”. Ainda segundo a autora, em 2001, 82,6% dos inscritos tiveram isenção da taxa, o que revela uma “democratização” do exame a partir desse ano, atingindo 54% dos concluintes do Ensino Médio do país, bem como significativa mudança em relação ao perfil socioeconômico dos participantes.

Observemos na tabela e no gráfico a seguir dados sobre o total de inscritos no ENEM, no SISU, e a quantidade de vagas e IES que adotaram o ENEM como processo seletivo para o ingresso de candidatos em seus cursos.

TABELA 02 E GRÁFICO 01 – ENEM, número de inscritos e sua relação com o SISU (Inscritos, vagas e IES). Brasil, (2010 – 2017)

ANO	Total de inscrições confirmadas (ENEM)	Total de inscritos no SISU	Total de vagas ofertadas pelo SISU	Total de IES - SISU
2010	4.626.094	793,9 mil	47.900	53
2011	5.380.856	1.091.890	83.125	83
2012	5.791.332	1.757.399	108.552	92
2013	7.173.574	1.949.958	129.319	101
2014	8.721.946	2.559.987	171.401	115
2015	7.746.436	2.589.112	205 514	128
2016	8.630.306	2.712.937	228 071	131
2017	6.731.186	--	238 397	131



Fonte: Elaborados pelo autor com base em dados do INEP (BRASIL, 2010-2017).

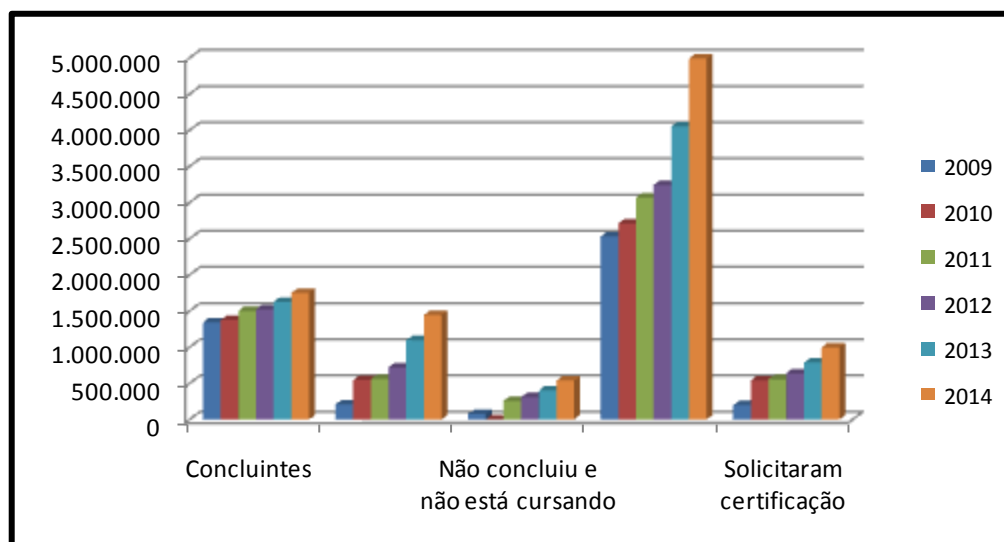
Destacamos na tabela 02 e no gráfico 01 o aumento progressivo do número de inscritos no SISU acompanhando a oferta de vagas e de IES que adotaram o ENEM como processo seletivo para o ingresso de candidatos em seus cursos, o que demonstra que a articulação do SISU com o ENEM fortalece o perfil do exame como instrumento de avaliação para o ingresso no Ensino Superior. É importante ressaltar nesse ponto que a utilização do ENEM de forma unificada para o ingresso nas Universidades Federais é uma política adotada desde 2009.

Ainda dialogando com Corti (2013), que realizou estudo do perfil socioeconômico dos participantes do ENEM no período 1999 a 2007, e concluiu que o exame tem como público potencial aqueles que concluíram o Ensino Médio em anos anteriores, analisamos os dados extraídos dos relatórios divulgados pelo INEP a partir de 2009 (Novo ENEM), e podemos afirmar que esse perfil se mantém e até se acentua.

Observemos a próxima tabela e gráfico que auxiliam na análise do perfil dos inscritos por situação escolar que buscam realizar a prova, nessa observação, buscamos revelar características, continuidades e tendências sobre o perfil dos inscritos no novo ENEM (2009 – 2017), entretanto só conseguimos acesso aos dados até 2014, as informações sobre o número de inscritos por situação escolar nas edições 2015, 2016, 2017, não estão disponíveis, ou ainda serão divulgados.

TABELA 03 e GRÁFICO 02* – ENEM, número de inscritos por situação escolar. Brasil, (2009 – 2014)

Situação	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Concluintes	1.339.445	1.374.531	1.499.926	1.519.281	1.626.913	1.748.558
Concluirá após o respectivo ano	206.559	544.437	557.578	719.391	1.095.710	1.446.032
Não concluiu e não está cursando	72.845	--**	255.832	308.700	398.940	537.301
Egressos	2.528.870	2.707.103	3.067.520	3.243.693	4.052.011	4.990.025
Solicitaram certificação	197.991	539.216	556.384	638.070	784.830	997.131



Fonte: Elaborados pelo autor com base em dados do INEP (BRASIL, 2009-2014).

* Os dados do número de inscritos por situação escolar nas edições 2015, 2016, 2017 não estão disponíveis, ou ainda serão divulgados.

**Informação não disponível.

Ao observarmos essa série histórica de números superiores de egressos do Ensino Médio, em relação aos concluintes do respectivo ano, inscritos para realizar o ENEM, e considerarmos os censos escolares que demonstram desde 2009 números superiores a 8 milhões de matriculados no Ensino Médio regular (além das outras modalidades equivalentes), constatamos uma maior presença de pessoas que já concluíram a educação básica realizando o ENEM, mais uma evidência que o exame vem sendo mais utilizado como forma de acesso ao Ensino Superior do que uma avaliação desse nível de ensino propriamente dito. De acordo com o relatório pedagógico de 2009 - 2011:

A partir da edição de 2009, ocorreu a reformulação metodológica do Enem, com vistas à sua utilização como forma de seleção unificada nos processos de acesso às Universidades Federais. Desde então, o Exame tornou-se uma das principais vias de ingresso no Ensino Superior, ampliando as oportunidades, ao mesmo tempo que se manteve como uma referência para a autoavaliação dos estudantes. (BRASIL, 2014, p.12).

Dessa forma, já se esperava o crescente aumento de inscrições no ENEM pelo fato do mesmo se tornar uma das principais “portas de acesso” ao Ensino Superior, mas, ainda que sua reformulação em 2009 já previsse essa tendência, a proposta do exame é essencialmente voltada à avaliação da educação básica, pois como afirma sua própria fundamentação “[...] ele se constitui um valioso instrumento de avaliação, fornecendo uma imagem realista e sempre atualizada da educação no Brasil.”. (BRASIL, 2005, p.7), porém, é notório que o ENEM tem tomado outros rumos, a exemplo do fomento à (desnecessária, no nosso ver) competitividade entre escolas “pelo crivo mercadológico” Saviani (2004, p. 4), substituto total ou parcial dos

vestibulares, dentre outros.

Finalizamos essa reflexão com alguns questionamentos pertinentes nesse cenário de mudanças e transformações: Quais serão os objetivos do ENEM após a implantação das alterações realizadas com a reforma do Ensino Médio? Aprovada em 2017 no Congresso Nacional a partir da Medida Provisória nº 746 de 2016, na forma de Projeto de Lei de Conversão. Quais os aspectos e alterações teóricas e metodológicas dessa importante avaliação nacional após a aprovação da Base Nacional Comum? Já que o próprio Ministério da Educação afirma que o ENEM vai depender diretamente dela. Essas são questões que precisam urgentemente serem debatidas criteriosamente pelos profissionais e pesquisadores da área de educação, pois são de grande importância para um futuro que se apresenta relativamente próximo para a educação brasileira.

CONCLUSÕES

Há um evidente cenário de mudanças no Exame Nacional do Ensino Médio nos próximos anos, tanto em aspectos teóricos e metodológicos quanto nos seus objetivos e por consequência no perfil dos candidatos. Baseados nas últimas declarações do Ministério da Educação acerca da intrínseca relação que o ENEM terá com a Base Nacional Comum, e na reflexão sobre a implantação do chamado Novo Ensino Médio a partir de 2019, ano em que o Governo brasileiro, através do MEC, prevê a efetivação das alterações neste nível de ensino propostas e aprovadas no Congresso Nacional em 2016, afirmamos ser urgente a necessidade de diálogo e da participação de toda a sociedade nesse debate.

Como essas alterações no Ensino Médio irão repercutir no Ensino Superior? Haverá uma redução no acesso a estes dois níveis de ensino, uma vez que nem todos têm as condições socioeconômicas necessárias para permanecer mais tempo na escola, pois muitos jovens, sobretudo os da escola pública, já precisam ajudar economicamente a família nessa faixa etária de 15 a 17 anos? Estaríamos diante de um cenário anunciado de aumento da evasão seguido da progressiva redução dos matriculados e das vagas oferecidas no Ensino Médio e Superior, devido à elevação da quantidade de tempo (na escola) exigida pela nova legislação.

Nesse contexto de reformas, qual será o principal objetivo do ENEM? Para o ano de 2017 o discurso ainda continua afinado com a proposta inicial, uma vez que o MEC responde a essa pergunta no portal do INEP/ENEM, na internet, afirmando que a principal finalidade do exame é a avaliação do desempenho escolar e acadêmico ao final do Ensino Médio, e que utiliza as informações obtidas a partir dos resultados para (além de outros objetivos): criar

uma referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do Ensino Médio; acessar a educação superior, como mecanismo único, alternativo ou complementar; e desenvolver estudos e indicadores sobre a educação brasileira.

Nesse contexto de mudanças e incertezas que rondam a última etapa da educação básica e por consequência o Ensino Superior, finalizamos esta reflexão reafirmando a importância e a necessidade dos estudos sobre o ENEM continuarem a atentar sobre seu caráter de política curricular e de parâmetro da qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Parecer 15/98. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 1998a.

_____. **Enem: Relatório Pedagógico 2009 - 2011**. Brasília: MEC/INEP, 2014.

_____. **Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) Fundamentação teórico-metodológica**. Brasília: MEC/INEP, 2005.

_____. MEC. **Portaria MEC 438/1998**. Brasília, DF, 28 de maio de 1998b.

_____. MEC. **Portaria MEC/ INEP nº 109**. Brasília, DF, 27 de maio de 2009.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCNEM**. Brasília: MEC, 2000.

CORTI, A. P. **As Diversas Faces do Enem: Análise do Perfil dos Participantes**. (1999-2007), Tema em Destaque. Est. Aval. Educ., v. 24, n. 55, p. 198-221, abr./ago. 2013. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2724> acesso em: 05 de julho de 2017.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação Básica no Brasil na década de 1990. Subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação & Sociedade, v. 24, nº 82, Campinas, SP: Ed. Cortez, CEDES, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf>. Acesso em: 04 de julho de 2017.

KLAUSBERGER, M.I.L. **Ensinar geografia em tempos de complexidade: a práxis pedagógica e os desafios frente ao ENEM**. 2013, 252 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto

Alegre, 2013.

ROCHA, A.A.C.N. **Questionando o questionário**: Uma Análise de Currículo e Sentidos de Geografia no ENEM. 2013, 323 f. Tese (doutorado em educação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. 5. ed, Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.